



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000347471

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2013240-51.2025.8.26.0000, da Comarca de Urânia, em que é agravante OSMAR JANUÁRIO, é agravado MUNICÍPIO DE SANTA SALETE.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ (Presidente) E PAULO GALIZIA.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

ANTONIO CARLOS VILLEN

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 452-25

10ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2013240-51.2025.8.26.0000

COMARCA: URÂNIA – VARA ÚNICA

AGRAVANTE: OSMAR JANUÁRIO

AGRAVADO: MUNICÍPIO DE SANTA SALETE

JUÍZA: MARCELA CORRÊA DIAS DE SOUZA

GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Pessoa natural. Presunção legal de veracidade da alegação de insuficiência financeira. Art. 99, §3º do CPC. Elementos dos autos insuficientes para elidi-la. Decisão que indeferiu o benefício. Inadmissibilidade. Agravo provido para conceder o benefício em sua integralidade.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos de ação ajuizada pelo agravante, servidor público municipal que pede a condenação do Município de Santa Salete ao pagamento das diferenças remuneratórias entre os salários base dos cargos de auxiliar de serviços gerais e de motorista, indeferiu o pedido de gratuidade judiciária por ele formulado (fls. 154/157 dos autos de origem).

Alega o agravante, em síntese, que estão presentes os requisitos para a concessão da gratuidade judiciária, pois seus vencimentos são inferiores a três salários mínimos, já considerado o pagamento de horas extraordinárias trabalhadas. Afirma que não tem condições suficientes para arcar com as custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e do de sua família. Assevera que a declaração de hipossuficiência goza de presunção de veracidade, nos termos do art. 99, § 3º, do CPC. Argumenta com a garantia constitucional de acesso à Justiça. Menciona julgados em reforço à tese defendida. Pede o provimento do recurso para que a gratuidade seja concedida.

Recurso processado com antecipação da tutela recursal (fl.48)

e respondido (fls. 53/60).

É O RELATÓRIO.

O agravo merece provimento.

Os artigos 99 e seguintes do Código de Processo Civil determinam a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça mediante simples afirmação da parte de que não está em condições de pagar as custas (“Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural” – art. 99, §3º) e, mais, dispõe que o pedido somente poderá ser indeferido pelo Magistrado “*se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade*” (art. 99, §2º). Não era outra a disciplina prevista nos art. 4º e 5º da Lei nº 1.060/50. Essas normas são compatíveis com o disposto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal.

Outro não era o entendimento jurisprudencial que se formou sobre a matéria na vigência do art. 4º da Lei nº 1.060/50 (Cf. THEOTONIO NEGRÃO, 34ª ed., notas ao referido dispositivo). Aliás, é o entendimento que melhor se coaduna com a finalidade da norma constitucional, que não pode receber interpretação que venha a dificultar o acesso das pessoas carentes ao Judiciário.

Tendo em vista, portanto, a presunção relativa de veracidade favorável ao acolhimento da pretensão do agravante, o indeferimento do benefício deveria, necessariamente, estar fundado em razões que demonstrassem de maneira concreta o descabimento da justiça gratuita. E isso não ocorreu no caso concreto, pois não há nos autos elementos suficientes para infirmar a mencionada presunção.

Ao contrário, não bastasse a mencionada presunção, os

elementos dos autos corroboram a insuficiência de recursos para custear a demanda. O agravante é servidor público (Auxiliar de Serviços) do Município de Santa Salete e comprovou renda líquida no valor mensal aproximado de R\$ 3.100,00 (fl. 74 da origem), considerados os valores recebidos a título de horas extraordinárias trabalhadas. Por sua vez, a declaração de IRPF do exercício de 2024, juntada a fls. 144/153 (da origem) demonstra que ele teve renda bruta anual de R\$ 41.263,66 no ano calendário 2023.

É evidente que, considerando, ainda, o dispêndio mensal com o próprio sustento e o de familiares, a situação do agravante confirma a mencionada presunção e, conseqüentemente, a necessidade da concessão do benefício pleiteado.

Ademais, com o respeito que merece o entendimento adotado pela Magistrada (fl. 155), o fato de o agravante ter contratado advogado particular não impede a concessão do benefício (art. 99, § 4º, do CPC).

Por essas razões, o agravo deve ser provido para que se conceda a gratuidade sobre todas as despesas e custas processuais. Não é, porém, descabido observar que a presente decisão não impede futura revogação do benefício. Todavia, é imprescindível que sejam declinadas as circunstâncias que demonstrem que o custeio do processo não prejudicará o sustento próprio do agravante e de sua família. Tudo isso decorre do disposto nos artigos 98 a 102, do Código de Processo Civil e 1º, 7º e 8º, da Lei nº 1.060/50.

Pelo meu voto, dou provimento ao agravo.

ANTONIO CARLOS VILLEN
RELATOR